



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

## Por outras virtualidades artísticas e culturais

**Por:** Evanildes Teixeira da Silva<sup>10</sup>  
 evanildesteixeira@gmail.com

### Resumo

Esse ensaio propõe uma reflexão sobre a importância da arte e da formação cultural. Não podemos falar de uma “democratização da arte” consolidada no país sem a prática de participação das pessoas. Giorgio Agamben, principal teórico em movimento no texto, ajuda a perceber o quanto ainda precisamos ampliar o debate cultural, refletir sobre o “como” desenvolver uma formação cultural e política, que possibilite um corpo-a-corpo com os dispositivos como condição para liberar aquilo que foi controlado, para assim criarmos outra ordem cultural, sem a distinção entre direitos humanos e direitos políticos.

**Palavras-chave:** arte, formação cultural e política, democratização da arte.

### Resumo

*Tiu eseo proponas interkonsiliĝon pri gravecon de arto kaj kultura trejnado. Ni ne povas paroli pri “arta demokratiĉo” solidigita em la lando (Brazilo) sen la praktiko homaj partopreno. Giorgio Agamben, ĉefa teoristo movanta en la teksto, helpas realigi kion ni ankoraŭ bezonas pligrandigi kulturen debaton, mediti pri “kiel” disvolvi kulturen kaj politikan formadon, kiu permesos korpo-al-korpo ĉe artefaktoj kiel kondiĉo por liberigi tion, kio estis kontrolita, por tiom ni krios alian kulturon, sen distingo inter homaj rajtoj kaj politikaj rajtoj.*

**Ŝlosilvortoj:** Arto; Kultura kaj politika formado; Arta demokratiĉo.

### Abstract

*This text proposes a reflection on the importance of art and cultural formation. We can not speak of a “democratization of art” consolidated in the country without the practice of participation of people. Giorgio Agamben, principal theorist on the move in the text, helps you realize how much we still need to expand the cultural debate, reflect on “how to” develop a cultural and political formation, which enables*

---

10. Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB e graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Bolsista CNPQ.



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*a body-to-body with the devices as a condition to release that which was controlled, for thus we create another cultural order, with no distinction between human rights and political rights.*

**Keywords:** Art; Cultural and political formation; Democratization of art.

*A arte é algo 'fundamentalmente perigoso não apenas para quem a produz, mas também para a sociedade'* (AGAMBEN, 2012, p. 24). Isso nos diz Agamben ao ponderar sobre a questão estética da obra de arte, apontando que na perspectiva do artista a arte é Terror, inquietante, ato criativo levado ao limite, que reverbera na sociedade. Assim, coloca em cena o sentido da estética, não mais na perspectiva do espectador, "homem de gosto", a noção da beleza da obra de arte, mas enquanto ciência da obra de arte.

O filósofo italiano Giorgio Agamben trata de temas que vão desde a estética até a política. Ele "fraturou as vértebras de seu tempo" e investiga o conceito de estado de exceção e *homo sacer* (homem sagrado), desenvolve a noção de "vida nua", amplia o conceito de Michael Foucault acerca do dispositivo de poder, investe contra os três dogmas da cultura ocidental – tabula rasa, bom selvagem e a ideia de que a alma é dotada do livre-arbítrio. Considerado o pensador do nosso tempo que muito tem contribuído no âmbito da reflexão biopolítica e dentre outros campos, inclusive de Letras.

No ensaio "O que é contemporâneo?", aprendemos que ser contemporâneo é tecer uma relação anacrônica que envolve tanto a aderência ao tempo como o distanciamento dele, ao perceber uma "falha ou o ponto de quebra", buscamos a diferença por meio do encontro entre os tempos. O homem contemporâneo para Agamben é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo e consegue ver na escuridão a "resoluta luz", e, por conseguinte, transforma-o.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Assim, nos adverte que para perceber esse escuro é preciso antes neutralizar as luzes da época para descobrir as suas trevas. (AGAMBEN, 2009, p. 59-72)

Em outros termos, fala-nos que ser contemporâneo é um ato de coragem, é “ser pontual num compromisso ao qual se pode apenas faltar” (idem, p.65). É um “muito cedo”, “um muito tarde”, “um ainda não”, uma demora necessária diante daquilo que urge no tempo e viaja até nós. Nesse sentido, é possível voltarmos para o passado estando posicionados no presente, trazendo para cena aquilo que foi deslocado no tempo e carece de uma interpolação do presente. Ou seja: colocar-se em ação diante daquilo que foi censurado, apagado, escamoteado.

Desse modo, Agamben nos coloca em movimento, amplia o nosso olhar temporal sobre as coisas (os documentos, os arquivos, a hegemonia racial, a arte, a política, economia, a cultura etc.), as quais exigem uma escuta sensível e uma ação política. Nessa condição, o poeta - aquele que produz arte nos versos do cotidiano (do artista, pesquisador, até o professor) -, se ousar ser contemporâneo, pode não só colocar em debate àquela sombra do “agora”, mas aquilo que foi violentado no tempo.

Nessa perspectiva, buscamos nesse ensaio refletir sobre a democracia dos meios de produção da arte e a importância de uma formação cultural dos estudantes, principalmente, daqueles que serão docentes, pois se tiverem uma formação cultural teórica e prática consistente, certamente, terão condições de desenvolverem um trabalho pedagógico cultural que tragam para cena as políticas de raça, de gênero, culturais, inclusive as ponham em relação com as políticas de Estado. Sabemos que criar as leis que defendem os direitos humanos é só uma



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

etapa na luta pela defesa dos direitos étnicos, políticos, econômicos e culturais, uma vez que temos em toda parte dispositivos que inviabilizam a concretude desses direitos rubricados na lei.

Mas o que são esses dispositivos? Segundo Agamben, “qualquer coisa que tenha de algum modo à capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (idem, p.40). Ele nos alerta, desse modo, que a vida (a potência humana) pode estar sendo capturada por “qualquer coisa”: arte, literatura, cinema, caneta, computador, celular etc. Não se trata, portanto, apenas de investir contra a subjetividade, mas de criar mecanismos contra os discursos hegemônicos da elite que permeiam no senso comum das pessoas e restituir aos povos todos os seus direitos. Agamben nos fala também em *profanação*, a qual atua como um contra-dispositivo e “restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (AGAMBEN, 2009, p.45).

Nesse sentido, é relevante pensar a potência da vida e, por conseguinte, no desmonte do dispositivo, para ocupá-lo de forma coletiva. É preciso então ampliar nossos laboratórios de observação sobre “qualquer coisa”, por exemplo, do futebol até a relação entre as desigualdades raciais e econômicas. Esse talvez seja o primeiro passo para se fazer política, ou seja, questionar-se quem é que domina isso, o que impediu a possibilidade de pensar (a política do pensamento), para então criar uma estética da vida. Nessa perspectiva, a poética que entendemos em Agamben trata-se, justamente, de criar condições para sair da existência modelada (subjetivada) e reinventar o humano.

Mas qual a relevância da arte nesse processo de empoderamento político, se ela também é um dispositivo? O nosso olhar não deve ser inocente



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

sobre ela, pois também é linguagem – discursos. A sua força poética nos coloca em sintonia com a nossa potência de criar, transformar, dilacerar, negociar sentidos. E temos tantas desigualdades nesse país, que ainda existem grupos de interesses que acham que as mulheres, os negros e pobres não são artistas ou não precisam ter acesso aos meios de produção de artes. Através do conceito de hibridismo de Homi Bhabha (2011), entendemos que as culturas não bastam em si mesmo, entre elas têm um *entre-lugar*, é nesse espaço intervalar que se têm afetos e choques culturais, confrontos políticos entre poderes desiguais e negociação cultural. Portanto, o acesso à arte e aos meios de produção não são apenas direitos de um grupo privilegiado, o qual insiste em excluir o outro, mas são direitos culturais de todos e dever do Estado garanti-los.

Na obra “O homem sem conteúdo”, Agamben evidencia que em tempos atuais, a arte não tem necessidade de nenhum conteúdo, pois perante o esvaziamento do autor e do espectador, o que está em jogo é o “estatuto poético do homem sobre a terra”. Segundo o filósofo, a arte para os artistas é a coisa mais inquietante, ela é “terror”, por isso Platão queria o seu banimento da cidade. Agamben discorre que através da subjetividade da obra de arte e do olhar do espectador, por meio do esvaziamento do conteúdo, o homem reconstrói o seu olhar sobre o seu espaço, pois o artista torna-se o homem sem conteúdo e tudo que o espectador pode encontrar na obra de arte é apenas ela própria, através da representação estética. (AGAMBEN, 2012, p.25-26)

Conforme Agamben, aquilo que permite que algo passe do não ser ao ser, no pensamento grego, é a *poíesis*, isto é, a produção na presença. Mas na modernidade tudo aquilo que é produzido através da atividade humana se reduz a esfera da práxis, dessa forma, não há mais a distinção do pensamento grego –



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

*poíesis* (produzir algo diferente da própria produção) e *práxis* (ela própria, tendo em vista que ela não cria algo para além de si mesma). Dessa maneira, a *poíesis* relaciona-se com a verdade e a *práxis* à vida (“nua existência biológica”).

Nas palavras do autor,

(...) O fazer do homem é determinado como atividade produtora de um efeito real (o opus do operari, o factum do facere, o actus do agere), cujo valor é apreciado em função da vontade, e, portanto, em relação com a sua liberdade e a sua criatividade. A experiência central da *poíesis*, a produção na presença, cede agora o lugar à consideração do “como”, isto é, do processo através do qual o objeto foi produzido. (...) (AGAMBEN, 2012, p. 119-120)

Nesse sentido, ele pontua que o estatuto da habitação do homem na face da terra é *um estatuto prático*. E, assim, a noção de arte foi penetrada pela metafísica da vontade, uma vez que a arte é a expressão da vontade criadora do artista. O estatuto do homem produtivo sobre a terra não faz mais a distinção entre *poíesis* e *práxis*, porque o homem é por natureza produtivo, sendo que a questão que nos interessa é o “como” – o processo. Daí a relevância da auto-superação do homem, da libertação da existência modelada para que faça emergir a essência humana (vontade de potência), e assim possamos tecer o mundo “como obra de arte” (idem, p. 151).

Em suma, a obra de arte talvez possa ajudar os *seres viventes* a entender a sua relação com a história e a sua responsabilidade com o projeto original – a essência da vida –, e conduzi-lo ao lugar deles na história, capaz de afirmar a vida em sua potência criativa e política. Nesse sentido, é importante questionar: o que tem impedido o acesso à obra de arte e aos meios de produção artísticos e culturais? Será que temos de fato uma democratização da arte? De que formação cultural e política os professores precisam para ampliar o raio de ação cultural das políticas raciais, de gênero e culturais? Essas questões nos fazem pensar o quanto,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

ainda, precisamos ampliar o debate sobre as ações do Estado no campo cultural.

### **Em cena a democratização das artes**

De início, situamos que entendemos cultura numa perspectiva antropológica e abrangente que vai desde as práticas simbólicas, acesso aos meios de produção, circulação e bens culturais, até o modo como nos organizamos político, social e economicamente na sociedade. Assim, o passado, o presente e o futuro se intercambiam e nos tornamos fabricantes de culturas no plural, e essa nossa poética reverbera numa coletividade na defesa da vida.

Vejamos nas palavras de Marilena Chauí:

(...) A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a idéia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano. (CHAUÍ, 2007, p. 22-23).

Quanto ao entendimento do termo política, já mobilizamos de certa forma, nesse texto, que significa a criação de condições a partir da nossa imaginação criadora, atentos para os dispositivos que investem contra o fator humano e coletivo, de criar outra ordem que potencialize a vida em sua integralidade na sociedade. Então, por que no contexto em que vivemos as pessoas não querem nem ouvir falar em política? Que dispositivos impediram as pessoas de pensarem naquilo que é essencial - a vida?

Segundo Agamben, a decadência da política está associada à exclusão de direitos. Ora: a *vida nua* é a *vida sem nenhum valor*, uma característica da política moderna. Uma vez que, no contexto atual em que o capitalismo se torna ainda mais



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

perverso, tendo visto que os dispositivos do poder estão em toda a parte, a política precisa ser reinventada. Urge, portanto, a necessidade de uma formação cultural política em todas as esferas do ensino, em função da violência acirrada do Estado, o qual tem feito do estado de exceção à regra, como diz Benjamin.

No livro *Estado de exceção*, mostra o risco do aniquilamento da vida politizada nos regimes democráticos, em tempos atuais, devido ao estado permanente de exceção invocado pelos governos, o qual vem reduzindo a "vida política". Isso é evidenciado a partir de fatos históricos: a partir do Senado Romano, Revolução Francesa, Primeira e Segunda Guerra Mundial, até o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001. Fundamentado em concepções de estado de exceção de Carl Smith e Walter Benjamin, Agamben, sustenta a tese de que nas Repúblicas e Estados Constitucionais o estado de exceção não deve mais ser entendido como a suspensão de direitos em uma situação extraordinária em caráter de emergência, em que as determinações jurídicas são desativadas, e sim, cada vez mais, como um paradigma nos governos democráticos recentes.

É válido ressaltar que democracia, de acordo com o termo grego "demos" + "cracia", significa que o governo emana do povo sobre si mesmo. Sendo que a democracia representativa, a qual vigora no país, é o sistema pelo qual os eleitores delegam aos representantes, por alguns anos, o poder de decidir as leis, que todos deverão obedecer, organizar e administrar o país nas três esferas: municipal, estadual e federal. Portanto, não se trata apenas do interesse de uma categoria elitizada, intelectual ou do poder econômico de um grande grupo, mas do poder de toda e qualquer pessoa, do povo, sobre o seu fazer humano e modos de se organizar coletivamente.

Então, como é possível em regimes de governos democráticos o



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

paradigma em questão? Vejamos o que diz Baraldi (2011) acerca da noção "Força-de-lei", presente no capítulo 2 do livro mencionado, para nos ajudar a perceber o questionamento anterior:

O autor, de maneira muito criativa colocou em evidência a contradição da palavra lei, indicando que, no estado de exceção, a força existe a partir da suspensão da aplicação da lei. Ele traz as diferenças do conceito *schmittiano* de "ditadura comissária", que é aquela que "suspende de modo concreto a constituição para defender a sua existência" (2008, p. 55) em que a aplicação da constituição pode ser suspensa sem significar que ela deixe de estar em vigor, e de "ditadura soberana", situação que é diferente da outra porque não se limita a suspender uma constituição vigente com base em direitos nela contemplados, mas visa criar um estado de coisas em que se torne possível impor uma Nova Constituição (2008, p. 55). Agamben esclarece que o estado de exceção no estado moderno pode ser visto como "[...] o lugar em que a oposição entre a norma e a sua realização atinge a máxima intensidade. Tem-se aí um campo de tensões jurídicas em que o mínimo de vigência formal coincide com o máximo de aplicação real e vice-versa." (BARALDI, 2011, p. 58)

A partir desse raciocínio pode-se dizer que em ambos os casos o constitucionalismo ideal se afasta completamente da vida dos "seres viventes". Agamben vai apontar que o estado de exceção é justamente a zona vaga entre o jurídico e o político. Assim, com base em Carl Schmitt, para quem invoca a "teoria da soberania, como lugar de decisão extrema", isto é, o "soberano é aquele que governa na exceção" e em Walter Benjamin, o qual preconiza a "soberania barroca", "em que o estado de exceção se instala para fazer frente ao termo decisão, ou seja, o soberano exclui em vez de decidir", Agamben, afirma que "O que a arca do poder contém em seu centro é o estado de exceção, mas este é essencialmente um espaço vazio, onde uma ação humana sem relação com o direito está diante de uma norma sem relação com a vida [...]" (2008, p. 131). O que implica numa redução política das pessoas, diante dos imperativos na direção jurídica e política. (BARALDI, 2011, p. 117-119).



*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Se essa é a nova técnica do governo democrático vigente, como podemos percebê-la nos currículos escolares e universitários, nas políticas artísticas e culturais, por exemplo? Tais questionamentos ainda não serão respondidos aqui, embora sejam de muita relevância, nem tampouco se pretendia fazer uma análise exaustiva sobre o livro mencionado, mas trazer para cena noções que possam ampliar o nosso olhar nas trevas do presente para refletir acerca da democratização da arte e da relevância de uma formação cultural mais abrangente, isto é, que lhe deem instrumentos teóricos e técnicos para que possam interagir com as políticas do Estado.

Entende-se por políticas públicas culturais a implementação do Estado de ações organizacionais, discutidas de forma ampla com a sociedade civil que visem definir objetivos, mecanismos e condições de administração pública e privada dos direitos culturais de todo o povo. No entanto, temos uma "triste tradição" nesse país, já apontados por Antonio Rubim (2010), de ausência, autoritarismo e instabilidades, sem falar que em pleno regime democrático, no contexto do governo de esquerda, apesar de certas conquistas no campo cultural observa-se ainda práticas autoritárias das gestões públicas que inviabilizam e retardam a concretização dessas políticas.

De acordo com Felipe Lindoso, no livro "O Brasil pode ser um país de leitores?", a política cultural do país sempre esteve voltada para o financiamento dos artistas e, desse modo, não houve uma preocupação com a criação de possibilidades de acesso as produções culturais. Para ele é preciso "o aumento das oportunidades de acesso aos produtos culturais por toda a sociedade", inclusive de "formação de leitores, de apreciadores de todas as formas musicais e das demais formas de expressão artística e possibilitar a integração entre a comunidade e os

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

artistas que nela vivem" (LINDOSO, 2004, p. 38-39).

Conforme Antonio Rubim, no livro "Políticas Culturais no governo Lula", houve mudanças significativas no cenário cultural do país no governo de Lula (2003-2010), e dentre as principais conquistas houve o desenvolvimento e implantação do Plano Nacional de Cultura - PNC (Lei 12.343/2010) e do Sistema Nacional de Cultura - SNC, e a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC 150), que a criação de um fundo próprio para a cultura, que prevê: 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento estadual e 1% do orçamento municipal (RUBIM, 2010, p. 17).

As mudanças no campo cultural ainda estão em processo de construção, mas já se percebe uma preocupação com políticas de acesso à obra de arte, por exemplo: Vale-Cultura em processo de regulamentação, trata-se de um benefício no valor de R\$50 reais mensais para o acesso dos trabalhadores aos serviços e produtos culturais; na política de editais há também uma preocupação com o consumo dessas produções; salas de cinema e teatro com valores simbólicos para incentivar a participação de um público que sempre foi excluído desses bens culturais, dentre outras iniciativas que pretendem a democratização da produção cultural.

O que sem dúvida é um avanço das políticas do Estado no Brasil, mas que não podem ser confundidas com políticas de governos, aquelas que visam apenas conciliar as culturas, manter o domínio hegemônico, evitar as tensões e as transformações sociais e culturais. As pessoas precisam se envolver com o debate cultural, pois não se constroem políticas públicas sem a participação efetiva das pessoas. Mas isso não vai ocorrer apenas com incentivos para que se tonem consumidoras de cultura.

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

Néstor Canclini (2008), no capítulo “Artistas, intermediários e público”, nos adverte que a democratização cultural vai além de oferecer massivamente bens culturais. Essa não é, na avaliação do autor, a melhor maneira de fomentar a participação democrática. Vejamos:

Irei ainda mais longe. Percebe-se às vezes uma cumplicidade entre as avaliações quantitativas de consumo, a desatenção às necessidades qualitativas – e diversas – de setores diferentes e um certo autoritarismo. A democratização da cultura é pensada como se se tratasse de anular a distância e a diferença entre artistas e público. Por que perseguir uma correspondência entre artistas e receptores? É a base de uma sociedade democrática criar as condições para que todos tenham acesso aos bens culturais, não apenas materialmente, mas dispoendo dos recursos prévios – educação, formação especializada no campo – para entender o significado concebido pelo escritor ou pelo pintor. Porém há um componente autoritário quando se quer que as interpretações dos receptores coincidam inteiramente com o sentido proposto pelo emissor. Democracia é pluralidade cultural, polissemia interpretativa. Uma hermenêutica ou uma política que fecha a relação de sentido entre artistas e público é empiricamente irrealizável e conceitualmente dogmática. (CANCLINI, 2008, p. 156)

Nesse sentido, a redução das políticas culturais que pretendem a democratização da arte apenas pelo viés do acesso à produção é insuficiente. Salienta o autor que é importante questionar: “o valor daquilo que a cultura hegemônica excluiu ou subestimou para constituir-se”, ou ainda, o que vem impedindo as formas marginais da arte e da cultura de se proliferarem. Portanto, a criação de estratégias e mecanismos para ampliar o acesso aos bens culturais não se resumem nem a formação prévia, nem tampouco ao acesso irrestrito à obra de arte, mas inclui também o acesso aos meios de produção para fazer circular as produções artísticas e culturais das minorias sociais.

O que vem limitando, rebaixando, desqualificando as produções coletivas das comunidades de classes econômicas inferiores? Por que as políticas que visam a democratização dos meios de produção são tímidas? Tais

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

questionamentos me levam a crer que a democratização da arte ainda precisa ser fortalecida por meio da prática de participação cultural. Geralmente, as produções hegemônicas são beneficiadas em detrimento das produções populares. Basta tecer um simples levantamento das publicações de mulheres negras no país para identificar a discrepância. Canclini aponta que a questão central é: “como construir sociedades com projetos democráticos compartilhados por todos sem que igualem todos, em que a desagregação se eleve a diversidade, e as desigualdades (entre classes, etnias ou grupos) se reduzam a diferenças”? (idem, p. 157).

Concluindo esse tópico, a democratização da arte no país precisa ser fortalecida com a prática de participação política. A vida politizada foi cerceada pela suspensão dos direitos culturais por meio de tristes tradições desse país e a coletividade nem se dá conta de que está sendo vilipendiada. A participação das pessoas na organização cultural é indispensável, mas como isso vai ocorrer se a “exceção se tornou regra”. Como ter acesso a uma nova forma política cultural que seja de fato democrática?

### **Para que uma formação cultural?**

Diante das mudanças no cenário das políticas culturais no país, em que a cultura passa a ser um direito social, e do seu avesso, “estado de exceção”, isto é, o vazio do direito, por exemplo, o descaso com a educação/formação (em todos os níveis) é relevante refletir acerca de alternativas para o desenvolvimento de uma formação cultural que questione o direito para fazê-lo funcionar na sociedade. Se a escola/universidade é também o espaço para refletir criticamente sobre o mundo, ou seja, os diferentes modos de viver, de se organizar e simbolizar das pessoas, por que não buscar alternativas para ampliar a reflexão crítica e a repolitização dos



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

cidadãos?

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos e um bem público, compreende-se que não basta para a universidade cumprir o programa, o currículo e, no final do curso, disponibilizar para o aluno o diploma, pois, *a finalidade de toda intervenção curricular é formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade* (SANTOMÉ, 1995), logo o compromisso de toda instituição educacional, seja pública ou ainda privada, é formar cidadãos, profissionais competentes e comprometidos com as políticas culturais e sociais do seu país. Nessa perspectiva, o ensino está para além das necessidades mercadológicas, pois tem o compromisso de nos tornar conscientes de nossas identidades culturais, nossos direitos e deveres socioculturais e oferecer uma formação técnica que nos dê instrumentos para a efetiva participação nas decisões da *polis*.

Devido aos corpos marcados pela biopolítica, por meio da destruição cultural dos povos e exclusão das questões políticas, principalmente, afrobrasileiros, índios, mulheres, os quais historicamente foram destituídos de suas culturas, oprimidos em todos os aspectos (social, econômico, político e cultural), inclusive, por conta da autoridade da elite, a qual ocupa os espaços no cenário da política governamental, enfim, não podemos ficar paralisados, ou ainda, resumir as nossas práticas de intervenções dissociadas das questões políticas, pois aqueles que foram prestigiados com a velha política da cultura do “bom negócio” podem criar dispositivos para manobrar as políticas culturais. Se quisermos construir uma sociedade pautada na democracia cultural teremos que começar *uma nova política cultural*, que busque numa política socialista os direitos, por meio da *prática de participação* (CHAUÍ, 2009, p.67).

É possível imaginar uma comunidade libertária, uma cidadania cultural,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

mas não é possível concretizá-la através da ocultação de uma formação política e cultural. O nosso esforço nesse momento talvez seja pensar o “como” oferecer uma formação nas escolas/universidades e noutros espaços comunitários que nos faça perceber que “as opiniões e os discursos dos seres viventes” estão sendo capturados, interceptados, modelados o tempo todo, e para além identificar quem domina isso ou aquilo, como esvaziar a máquina que controla as nossas vidas, o Estado, e dobrá-la para criar uma *poética (a vida como obra de arte)*, ou seja, uma outra ordem cultural que afirme a vida.

Insistimos que todos os indivíduos têm o direito de uma formação que lhe prepare para gerenciar a *polis* e não simplesmente para serem geridos. Não ser peça, mas o arquiteto. Assim, teríamos o aumento do interesse coletivo pelas questões todas que implicam o nosso fazer cultural: simbólico, cidadão e econômico. Consideremos ainda o modo como essas políticas culturais se efetivam, através de conferências, GT's culturais e políticas de editais etc. Será que uma formação em políticas culturais, gestão e produção cultural, seriam suficientes para ampliar a participação efetiva das pessoas? Será que já estamos em condições de pensar em “como” funcionar uma organização política que não destrua o coletivo? São muitas as questões e não tenho respostas, mas não é tolerável que poucos continuem decidindo o que o outro (sempre excluído) deverá consumir culturalmente e impedindo o acesso de todos aos meios de produção.

Adverte Leonardo Costa (In: RUBIM, 2010, p. 81) para a necessidade e papel do Estado na formação de recursos humanos para atuar no campo cultural. Ele nos diz: “a importância de se qualificar os profissionais envolvidos em todas as cadeias produtivas da cultura – desde o artista e artesão, ao produtor, gestor etc. –, portanto, é uma variável fundamental quando se pensa na cultura como um fator

*IΦ-Sophia*

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

estratégico.” Nesse sentido, achamos que os cursos de licenciaturas das Ciências Humanas e grande área das Letras, linguísticas e artes, podem contribuir com a formação de profissionais para o desenvolvimento dos processos organizativos da malha cultural, tanto no que tange a avaliação das políticas culturais, para novos redirecionamentos do campo de trabalho cultural sob a ótica da cultura nas dimensões simbólicas, culturais e econômicas, quanto através da sua intervenção social junto às entidades civis, comunitárias, minorias étnicas, no que diz respeito à formação, visibilidade dessas práticas, dentre outras possibilidades.

Considera-se aqui que a formação cultural e política podem descentralizar o poder do aparelho estatal e ampliar a participação democrática das pessoas. Uma vez que o coração da democracia é participação real e efetiva das pessoas, uma frase feita que ouvimos o tempo todo, mas que não deixa de ser coerente. O que não é coerente é continuarmos com projetos curriculares na escola/universidade que não incluam o político e cultural, agenciamentos híbridos, tanto no que diz respeito às políticas identitárias (étnicas, gênero, das desigualdades sociais e econômicas, sexuais etc.), quanto a sua relação com as políticas do Estado.

Pensamos que talvez esse seja o caminho para a construção de uma nova ordem democrática no país, num espaço intersticial “uma luta entre o Estado e o não-Estado”. Como nos cita Agamben: “Por que o fato novo da política que vem é que já não será uma luta pela conquista ou o controle do Estado, mas uma luta entre o Estado e o não-Estado (a humanidade), a disjunção irremediável entre as singularidades quaisquer e a organização estatal”. (AGAMBEN, 1993, p.67)

Pelo exposto, é preciso desenvolver um trabalho teórico e prático que promova a construção de singularidades em relação com a organização do Estado,



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

nesse espaço intervalar, do conflito e da negociação, numa luta de corpo-a-corpo com os dispositivos capitalísticos, que circulam em todos os espaços (textos literários, dramaturgia etc.), liberando a nossa potência de imaginar, o pensamento, será possível restituir a coletividade o seu direito à vida. Essa formação deveria passar por todos os currículos nas escolas e nas universidades, mas sabemos que isso não acontece pelos motivos já mencionados. Então, “como” criar uma formação que legitime essas questões?

Em suma, não respondemos essa questão aqui, pois o nosso propósito foi trazer para cena como provocação ao debate. Pois, diante das mudanças no tratamento da cultura, necessidade de um combate de corpo-a-corpo com os dispositivos e da liberação da nossa potência do pensar – pensamento político, essa reflexão é pertinente nesse território de discursos, poderes, ciências e transformações mutantes no espaço social.

### **Por fim, vamos dialogando...**

A arte em todas as suas formas é, em si mesma, resistência. Ela possui certo *dom supremo*, como nos disse Agamben, pois a arte concede ao homem uma conexão com o passado, o presente e, assim, projeta o seu espaço no mundo. O artista que é “Terror” não se resigna diante das atrocidades e trevas do presente. Esvaziado de conteúdos leva o seu ato criativo ao extremo, e assim, produz uma poética que não só critica a existência, mas sonha com um lugar melhor.

A imaginação criadora joga com os signos e a ambiguidade da linguagem faz os sentidos girarem. Esse gesto de deslocamento coloca tudo em suspenso: as palavras, as cores, os sons, as coisas e a própria obra de arte. Dessa maneira, a arte/poesia coloca o pensamento em movimento e restitui as nossas



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

forças. Ela descentra o nosso olhar e nos faz alternar os sentidos práticos. O pensamento, portanto, se liberta das prisões *episteme*, pois a poética esvazia os sentidos. Uma vez libertado o ato de pensar, o sujeito (artista e *leitor cultural*) pode implodir os dispositivos e fazer emergir outra coisa – uma vida bela.

Essa é a estética da vida que é fundamental, porque não só retira o sujeito da contemplação sacralizada, mais ativa a capacidade humana de identificar a vida estilhaçada e, também, possibilita a mudança das experiências. Agamben nos mostra que o “estatuto poético do homem sobre a terra” ainda está por se fazer. É preciso “profanar”, restituir ao domínio humano aquilo que foi subtraído pelo sistema capitalista, o qual é protegido pelo estado de exceção – paradigma dos governos democráticos. Mas como anda a nossa capacidade de criar outra ordem?

Uma nova organização cultural pode começar a partir da democratização artística e cultural, numa perspectiva compartilhada. Sem a ditadura das artes da elite em detrimento da poética das massas. As experiências artísticas das minorias precisam adentrar nos espaços públicos (escolas, universidades, bibliotecas, centros culturais, no Congresso, dentre outros espaços concêntricos). Não é mais tolerável o escamoteamento dessas produções quando se discute política cultural. Se a democratização da arte ainda passa por desculpas e subterfúgios, do governo democrático, é essencial “aterrorizar a cidade”, ou seja, alastrar por todo o canto a poética das mulheres, negros/as e demais minorias.

Também é imprescindível uma formação cultural e política que nos coloque em movimento com e contra o Estado, numa luta de corpo-a-corpo com os dispositivos, uma vez que, como nos diz Agamben, “O humanitário separado do político não pode senão reproduzir o isolamento da vida sacra sobre o qual se baseia a soberania, e o campo, isto é, o espaço puro da exceção, e o paradigma



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

biopolítico para o qual ele não consegue encontrar solução” (AGAMBEN, 2004, p.127). Desse modo, entra em cena o desafio de pensar o “como” desenvolver uma formação na escola/universidade que nos faça perceber que “direitos humanos” e “direitos cidadãos” não podem andar separados, pensamos que esse é um meio de termos a ampliação efetiva da participação das pessoas nas questões políticas e da organização das ações do Estado.

Em suma, vimos por um lado que a produção artística abre, para o homem, um espaço que lhe possibilita o seu pertencimento no mundo, por outro, parece-nos que ainda é preciso fortalecer a democratização da arte no país. Então, se a desvalorização da vida têm esvaziado nossos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos, os desafios não são simples para reinventar a politização da vida. O que requer uma crítica mais urgente sobre as políticas culturais, os usos que os espaços formativos têm feito da arte e suas conexões com aquilo que ela pode funcionar, bem como uma ampliação do debate acerca do “como” desenvolver uma formação cultural que nos faça perceber que não podemos mais separar o humanitário do político. Se a arte cria uma nova realidade, dramatizemos, então, nossas experiências. Sejamos o Terror/Artistas!

### Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo** . Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. **A comunidade que vem** . Lisboa: Editorial presença, 1993.

\_\_\_\_\_. **O que é o contemporâneo e outros ensaios** . Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: Estado de Exceção II** . São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I** . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BARALDI, Tereza Cristina Albieri . **Estado de Exceção: State of Excpetion**. Disponível em

<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/77>



IΦ-Sophia

Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica

9/680 Acesso em 02.02.2013.

CANCLINI, Néstor García. **Artistas, intermediários e público. In: Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.** Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.** 2. ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Vale Cultura.** Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2013/03/15/vale-cultura-20/>> Acesso em 28.06.2013.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?: política para a cultura/política para o livro.** São Paulo: Summus, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no governo de Lula.** Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. “As culturas Negadas e Silenciadas no Currículo” . In SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Alienígenas na Sala de Aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995, p. 158-189.